



## **Declaração Política**

**(Em defesa da RTP-Açores)**

**Senhor Presidente**

**Srs. Deputados**

**Srs. Membros do Governo**

Sou, como sabem, professor de História. A minha função nesta sociedade é transmitir aos alunos o que fomos e o que somos. A História é a soma do conhecimento de todos os tempos, de todas as áreas e de todas as pessoas. Ela é a disciplina total e a síntese possível da aventura da civilização.

Dito isto, reconheço que o conhecimento histórico possui fragilidades e vulnerabilidades. Uma dessas fragilidades é a tentação, que uns poucos têm, de reescrever a História de todos os outros. Muitos de vós, neste hemisfério, recordarão o célebre episódio da alteração das fotografias da Revolução Russa. Chegado ao poder, Estaline mandou retirar os seus adversários das fotografias da Revolução.

Confesso-vos, senhores deputados, que, neste assunto da RTP-Açores, sinto que existe gente empenhada em reescrever a História deste processo e em apagar da mesma os que fizeram méritos para lá estar.



Existe gente que deixou cair a velha bandeira e arvorou um novo estandarte com um novo escudo e uma nova crença. Nada de extraordinário! Nada que seja condenável, a menos que se queira batizar esse oceano, já tantas vezes navegado, com o nome de um descobridor que não descobriu coisa nenhuma e que, pelo contrário, permaneceu indolentemente na Praia do Restelo até ao momento em que a linha de água lhe tapou a boca e o nariz.

Esta é a verdade! Não é essa, no entanto, a História que está a ser contada pelos escribas destes tempos e destes lugares. A começar pelos programas informativos da própria RTP-Açores.

Veja-se esta notícia veiculada, no dia 8 de Junho de 2012, no site da RTP-Açores: “Em comunicado, após uma audiência com a nova direção da RTP/Açores, Vasco Cordeiro adianta que essa empresa será financiada pelos 11 milhões de euros que custa a atual RTP/A e pela taxa de televisão cobrada no arquipélago. A administração dessa empresa será proposta pelo governo regional dos Açores e ratificada por uma maioria de dois terços no parlamento regional. **Recorde-se que a ideia de criação de uma empresa regional - com capitais dos Açores, da sociedade civil e da RTP - também já foi avançada pelo PSD**”, fim de citação.

Chegados aqui, pergunto eu: e o PPM? Não dissemos nada sobre este assunto antes do PSD e do PS terem chegado a esta brilhante conclusão? Não propusemos nada? Meus senhores, sinto-me vilmente apagado desta História. Propusemos esta solução muito antes que aqueles que agora nela figuram sorridentes e com o cabelo penteadinho, utilizando uma inspirada descrição da ex-deputada Cláudia Cardoso.



Já Churchill tinha deixado um bom conselho nesta matéria: “se quiseres ter a certeza que és referido numa qualquer História, o melhor é que sejas tu próprio a contá-la”. É precisamente isso que pretendo deixar registado no Diário das Sessões desta casa.

No princípio era o “verbo” e o PS e o PSD articulavam-no com a defesa da responsabilidade, gestão e financiamento exclusivo do Estado no âmbito da RTP-Açores.

Pelo contrário, desde o início da atual legislatura, defendi sempre, nos inúmeros debates que aqui realizámos, uma ideia de dupla tutela – do Estado e da Região – para a RTP-Açores. Estive, durante muito tempo, sozinho nessa posição. Não foi fácil, como faço questão de vos recordar nesta intervenção.

Num determinado debate, a respeito da RTP-Açores, fiz a seguinte referência: “A questão, meus senhores, é a seguinte. A previsão que faço aqui é que, nos próximos dois ou três anos, a situação (da RTP-Açores) irá agravar-se muitíssimo”. Nesse preciso momento, o deputado Aníbal Pires fez-me o seguinte aparte: “Zandiga, Sr. Deputado”.

Só para ilustrar um pouco mais esses áridos tempos do debate parlamentar, quando eu era uma voz isolada a defender a gestão açoriana da RTP-Açores, vale referenciar mais alguns momentos do debate parlamentar.

A propósito da dupla tutela referia, no dia 22 de Fevereiro de 2011, que “o modelo que defendo contempla a participação da Região (na gestão da RTP-Açores) através de representantes livremente eleitos, no Parlamento, por uma maioria de dois terços”.



Nesse momento da intervenção fui interrompido pelos apartes do Secretário da Presidência que exclamou: “O senhor está inventando”. Ao que respondi: “Não, eu sempre disse isto, está no meu programa eleitoral. A questão é a seguinte: o modelo é muito simples, é uma coadministração, uma coresponsabilidade entre o Estado e a Região para administrar a RTP-Açores”. Nesse ponto do debate fui novamente interrompido com mais um aparte proveniente da bancada do Governo Regional. Desta vez é o Secretário Álamo Menezes que grita: “Não diga disparates, Sr. Deputado”. Devo dizer que desculpei este aparte do Secretário, na medida em que tenho consciência que nunca devia ter escrito um discurso chamado “A Derrota do Álamo”.

### **Senhor Presidente**

### **Srs. Deputados**

### **Srs. Membros do Governo**

No exercício que aqui faço hoje, para recordar o trabalho político que realizei em prol de uma RTP-Açores administrada por açorianos ao serviço dos interesses dos Açores, aqui deixo mais um excerto do discurso que proferi no debate de urgência que aqui realizámos a propósito da RTP-Açores. “A RTP-Açores é, atualmente, uma espécie de homem doente da autonomia. Um doente a quem o ministro Miguel Relvas não quer dar a menor hipótese de regeneração. Na verdade, não se pode falar, neste contexto, de uma janela, mas antes de uma lápide.

Por que razão nesta área – mas não noutras – nos temos de ajoelhar à tutela de Lisboa? Porquê? Que razão insondável nos predestinou a este destino de eterno criado sempre que se pensa ou decide televisão e rádio nos Açores?



Em que livro sagrado ou profano está escrito que não podemos administrar autonomamente o serviço de rádio e televisão pública nos Açores?”

Nesse mesmo discurso tive o cuidado de referenciar as condições da cotutela da RTP-Açores, isto partindo do princípio que o Estado manterá, neste modelo, o atual esforço de financiamento. As condições referidas foram – e cito - as seguintes:

“1 – Os Açores passariam a assumir a tutela direta da RTP-Açores, nomeando – através do Parlamento e por uma maioria parlamentar de 2/3, integrando pelo menos 50% das forças políticas nele representadas – o diretor-geral e a restante equipa de gestão.

2 - O Estado deixaria de impedir o processo de internacionalização da RTP-Açores, permitindo-lhe o acesso, em concorrência direta com a RTP Internacional, a um vasto mercado potencial de mais de 3 milhões de açorianos e descendentes, sobretudo na América do Norte. As emissões junto da nossa diáspora teriam um carácter bilingue para chegar a todas as gerações e seriam incorporados na programação da RTP-Açores conteúdos produzidos junto da mesma;

3 - As receitas das taxas do audiovisual cobradas nos Açores passariam a ficar na Região e seriam utilizadas integralmente como mecanismo de financiamento da RTP-Açores;

4 – As receitas publicitárias arrecadadas nos Açores e na emissão internacional passariam a integrar a estrutura de receitas da RTP-Açores.”



**Senhor Presidente**

**Srs. Deputados**

**Srs. Membros do Governo**

O capital político do PPM, nesta matéria, é inegável. Fomos os primeiros a querer alterar o atual sistema e a propor uma alternativa de autonomia real para a RTP-Açores. Um dia ser-nos-á feita justiça nesta matéria.

Ontem, a RTP-Açores promoveu um debate televisivo sobre os modelos propostos pelo PSD e pelo PS. Convidou, para esse debate, representantes do PS e do PSD e pediu aos restantes partidos que comentassem as propostas dos dois primeiros. Imaginam maior humilhação e despropósito?

Em pleno período pré-eleitoral, 4 dos 6 partidos parlamentares foram colocados fora de um debate em que, na realidade, todos têm participado. Tudo isto no âmbito de um serviço público que é pago com o dinheiro de todos os contribuintes e que devia ser um modelo de isenção. Existe quem chame a isto opção editorial. Eu chamo-lhe, simplesmente, falta de isenção.

É evidente que ninguém me submete a este tipo de humilhação gratuita. Por que razão me submeteria eu a analisar projetos de outros partidos quando o meu próprio Partido também já apresentou – e com maior antecedência – um modelo alternativo para a RTP-Açores?



A linha editorial daqueles que pactuaram com a imposição da janela da RTP-Açores está agora bem patente: significa um ataque ao pluralismo partidário sufragado pelo Povo Açoriano. **Quem de seis escolhe dois está apenas a um pequeno passo para de entre dois escolher apenas um.**

No que diz respeito especificamente à RTP-Açores, sei que fiz tudo o que estava ao meu alcance. Estive na manifestação, provoquei um debate de urgência, fiz várias declarações políticas, avancei com projetos de resolução e tomei, repetidamente, posições a favor da RTP-Açores.

É justo que se diga que os outros partidos parlamentares desenvolveram, também, um trabalho muito intenso em prol da RTP-Açores. Não digo que fiz mais que os outros. Digo apenas que fiz a minha parte. Sei que em política nunca se devem esperar agradecimentos – eu nunca os procuro – apenas exijo respeito e que me poupem a humilhações gratuitas, como a que ontem me tentaram infligir.

Já agora, aproveito esta oportunidade para repudiar as vozes que atribuem, genericamente, aos políticos regionais todas as culpas pelo que tem vindo a suceder à RTP-Açores. Se não fosse a ação dos políticos regionais, há muito que a RTP-Açores teria deixado de existir.

A culpa do sucedido reside, essencialmente, em décadas de gestão calamitosa – por parte de responsáveis de cá e de lá - da RTP-Açores. Quantas vezes fomos chamados, nos últimos anos, para apagar fogos e para interceder pela RTP-Açores? De quem é, em primeiro lugar, a culpa pela execução desta janela?



Na minha perspetiva, a primeira responsabilidade é de quem aceitou executar os planos do Ministro Miguel Relvas. Podiam ter recusado. Podiam ter desobedecido. Podiam ter-se demitido. Mas não foi isso que decidiram fazer e dessa opção não têm culpa os políticos.

Um recente estudo de opinião, mandado fazer pelo Governo Regional, demonstrou que a RTP-Açores - que supostamente ninguém via - é, afinal, a mais vista e valorizada pelos açorianos. Todos os órgãos de comunicação social dos Açores noticiaram este estudo de opinião, com exceção da própria RTP-Açores. Chamam a isto liberdade editorial, eu chamo-lhe, simplesmente, traição aos interesses dos Açores e aos colegas de trabalho da empresa. Isto também é culpa dos políticos?

Existe quem agora aposte tudo na cara ou coroa do poder. Este é sempre o comportamento mais fácil e oportunista. É fácil, mas não deixa de ser errado e condenável.

Viva a RTP-Açores!

O Deputado do PPM

Paulo Estêvão